

A ESCOLA INFANTIL DE (1915-1934): MODERNIDADE PEDAGÓGICA E AS 1AS. PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA NO INTERIOR.

Manuel Luís Pinto Castanheira,

luiscastanheira@ipb.pt

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança.

Eixo Temático: Instituições educativas e cultura material escolar.

Resumo

Este estudo tem como objecto a análise da Educação de Infância na cidade de Bragança, entre 1915 e 1934, numa instituição denominada Escola Infantil, de carácter oficial, criada pela Câmara Municipal. Esta foi a primeira experiência de Educação de Infância na cidade e região transmontana.

Interessou-me a análise dos motivos da criação desta instituição no seio da sociedade brigantina, que poderá servir de exemplo para compreender o funcionamento de outras que foram criadas no País. Compreender tudo o que dissesse respeito ao quotidiano da vida escolar, como a nomeação de professores, os alunos, o currículo, bem como o mobiliário e materiais utilizados. O estudo permitiu a investigação de algumas das práticas educativas adoptadas, assim como o modelo pedagógico que lhe estava subjacente e que deriva, em grande parte, dos princípios pedagógicos de Froebel em torno dos quais se fez a renovação pedagógica da Educação de Infância, ao questionar as suas potencialidades em termos do presente e do futuro. Realçar ainda, o triunfo das ideias de modernidade pedagógica, no âmbito da Educação de Infância, um campo que os Republicanos abraçaram em prol do seu ideário e, por conseguinte, do País.

Palavras-chave

História da Educação de Infância, Escola Infantil, Primeira República, Experiências Educativas, Modernidade Pedagógica.

Keywords

History of Childhood Education, Infant-School, First Republic, Educative Experiences, Pedagogical Modernity

1. Introdução

Este estudo tem como enfoque central a Educação de Infância. Até à presente data, o distrito de Bragança e, mais especificamente, a cidade de Bragança não foi objecto de uma investigação científica sobre esta temática.

A opção do estudo desta instituição justifica-se:

I) – Pelo facto de ser pioneira neste período no panorama da Educação de Infância, não só no contexto local, mas também nacional;

II) – Pelas características particularmente inovadoras da sua organização pedagógica, que lhe conferem um significado particular de modernidade pedagógica.

Esta Instituição incorporou um conjunto de princípios e de práticas pedagógicas da educação ambicionada pelos Republicanos, motivo pelo qual considero que não deve ficar no anonimato. Surpreende-me o facto de esta Escola Infantil se localizar em Bragança, uma pequena cidade do interior norte de Portugal, de origem predominantemente rural, com fraca industrialização, poucas vias de comunicação e de cariz religioso, católico, num estado essencialmente laico. Por isso, procurei averiguar como encontrou aqui condições para vingar, organizando-se em redor de modernas ideologias educativas num campo totalmente novo – a

educação de crianças até aos sete anos de idade..

2. Modernidade e a Educação de Infância na 1ª República em Portugal

Embora o Governo Republicano enfatizasse o papel desempenhado pela educação no progresso do País, através do combate ao analfabetismo e à generalização da Escola Primária, a Educação de Infância era uma prioridade deste regime político (Cardona, 1997:35). Sendo considerada, “como sua missão primordial a preparação para a escola, paralelamente foi predominada a tendência para valorizar a especificidade deste ensino, tendo em conta as características das crianças” (Ibid:135). Neste período, observaram-se algumas oscilações em relação à forma como a Educação de Infância foi concebida e desenvolvida,

O direito de todas as crianças, dos quatro aos sete anos, receberem Educação escolar, gratuita e facultativa foi uma das primeiras inspirações no plano filosófico para o surgimento da escola moderna.

Para compreender essa mudança é necessário entender a transformação da concepção de homem e de mundo, uma vez que a modernidade, como revolução social promove a formação e a afirmação de uma nova classe: -a Burguesia. Estas mudanças, por sua vez, produziram uma revolução na Educação e na Pedagogia. Do ponto de vista ideológico-cultural, a modernidade opera uma dupla transformação: primeiro, de laicização, emancipando a mentalidade - sobretudo das classes altas da sociedade - da visão religiosa do mundo e da vida humana, ligando o homem à história e à direção do seu processo (a liberdade, o progresso); segundo, de racionalização, produzindo uma revolução profunda nos saberes que se legitimam e se organizam através de um livre uso da razão, a qual segue apenas os seus vínculos internos, opondo-se a toda a forma de preconceitos. O Iluminismo caracterizará de modo orgânico e explícito este novo modelo de mentalidade e de cultura (Cambi, 1999:197).

Assim, é possível constatar que na 1ª República a Escola Infantil foi-se renovando profundamente, assumindo a feição de escola moderna, minuciosamente organizada através de legislação própria, administrada pelas Câmaras Municipais sempre sobre olhar atento do Estado e capaz de formar o homem cidadão, e não o perfeito cristão ou o bom católico, como ocorria anteriormente nas mãos da Igreja.

A modernidade, enquanto revolução política, gira em torno do nascimento de um Estado moderno, centralizado e controlado pelo poder em todas as suas funções. Embora conformada pela realeza, passa a pautar-se, principalmente, num complexo sistema de controle, cuja função primordial é a elaboração do consenso e a penetração de uma lógica estatal (centralização das decisões e do controle) na sociedade no seu conjunto. Tal poder descentralizado, gera, desse modo, a já referida nova classe - a Burguesia - construindo-se, pois, os primeiros passos em direção à formação e afirmação desta.

O discurso pedagógico Republicano depositava desmedida confiança no progresso social, atribuindo à Educação um papel decisivo na consecução das novas metas estabelecidas. O seu projecto educacional era, por isso, francamente voltado para a modernização do sistema educativo, mediante a criação de melhores condições de trabalho pedagógico, da renovação dos currículos, dos conteúdos do ensino e das actividades escolares, através da elevação qualitativa do nível da formação docente, (Fernandes 1992:167).

3. Escolas Infantis criadas entre 1910 e 1937 em Portugal

Até ao início da 1ª República foram criadas poucas Escolas Infantis. No entanto, durante esse período, o número aumentou consideravelmente. A Educação de Infância tornou-se popular com a 1ª República. Segundo Beja, (1985:107) a Reforma de 29/3/1911, do recém instituído

Governo da República publicou uma lei que “...Reformava profundamente as estruturas do Ensino Infantil, primário e normal e que, necessariamente, viria a exigir soluções novas à arquitectura escolar e a pressionar a constituição, remodelação e reparação dos equipamentos educativos”. Pela amplitude, definição de objectivos e brevidade da publicação, compreende-se que o conteúdo das novas disposições legais se fundamentava em diagnósticos de situação e em experiências anteriores à implantação do novo regime. “As realizações que, desde meados do século XIX, vinham projectando, na sociedade portuguesa, os ideais Republicanos de educar para desenvolver, popularizando por exemplo, o Ensino Infantil” Ibid.: 75).

Por iniciativa privada, pertencente à obra da Associação de Escolas e Jardins-Escolas João de Deus, foram abertos Jardins-Escolas, em Coimbra em 1911, Figueira da Foz e Alcobaça em 1914 e Lisboa 1915 (Gomes, 1977:63 a 66).

Apesar da iniciativa particular de João de Deus Ramos, os Republicanos queriam abrir Escolas Infantis públicas.

Segundo Gomes (1977:68), o ano de 1914 ainda não havia qualquer Escola Infantil oficial criada. Refere-se a esta mesma situação mas ao caso específico da cidade do Porto, o Anuário da Câmara Municipal do Porto. Apesar de ser a um ritmo lento, o número de Escolas Infantis foi crescendo a partir desta data. Segundo Gomes, até 1923 a Câmara Municipal do Porto criou sete Escolas Infantis e uma outra anexa às escolas normais do Porto (1977:68). Em 1915 a Comissão Executiva da Câmara Municipal de Lisboa resolveu fundar um internato e semi-internato infantil. Não posso agora, deixar de acrescentar a criação da EIB em 1915 em Bragança.

Apresento, pormenorizadamente, mais à frente os dados que nos indicam as Escolas Infantis criadas, a localidade e a data da sua criação. As localidades onde houve Escolas Infantis ou secções infantis até 1926 foram: Aveiro 3, Braga 6, Bragança 1, Porto 13, Lisboa 29, Leiria 1, Torres Novas 2, e Guimarães sem indicar o número. Bragança foi assim a primeira cidade do interior a ter Ensino Infantil.

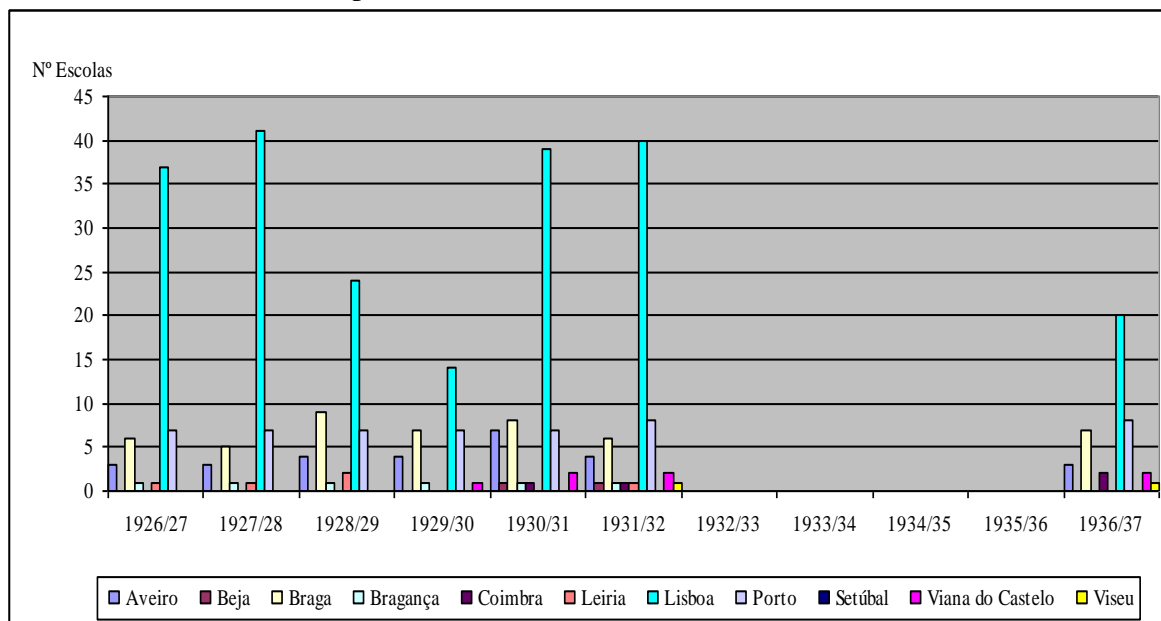
A seguir pode ver-se os gráficos e tabela correspondentes às cidades onde houve Ensino Infantil oficial, bem como o número de escolas e de secções infantis e o número de alunos, entre os anos lectivos de 1926/ 27 a 1936/37.

Quadro 1: Cidades com Escolas Infantis em Portugal entre os anos lectivos de 1926/27 a 1936/37

Cidade \ Anos	1926/27	27/28	28/29	29/30	1930/31	1931/32	1936/37
	Escolas	Escolas	Escolas	Escolas	Escolas	Escolas	Escolas
Aveiro	3	3	4	4	7	4	3
Beja					1	1	
Braga	6	5	9	7	8	6	7
Bragança	1	1	1	1	1	1	
Coimbra					1	1	2
Leiria	1	1	2			1	
Lisboa	37	41	24	14	39	40	20
Porto	7	7	7	7	7	8	8
Setúbal							
Viana do Castelo				1	2	2	2
Viseu							1

Fonte: *Anuário Estatístico de Portugal (1926 a 1937)*; AHCMB.

Gráfico I- N.º de Escolas por cidade criadas entre os anos 1926/27 a 1936/37



Fonte: *Anuário Estatístico de Portugal* (1926 a 1937); AHCMB.

Durante esse período constata-se que na região Norte havia cinco cidades com Ensino Infantil: Aveiro, Braga, Bragança, Porto e Viana do Castelo; na região Centro, três cidades: Coimbra, Leiria e Viseu; e na região Sul também três cidades: Lisboa, Setúbal e Beja. Entre os anos lectivos 1932/33 a 1935/36 o Anuário Estatístico não disponibilizou informação, quanto ao número de escolas, apenas apresentou informação quanto ao número de alunos existentes no Ensino Infantil, razão pela qual não apresentamos em gráfico a Escola Infantil de Setúbal, apenas com dados referentes ao ano lectivo de 1935/36 com 31 alunos, como veremos no gráfico seguinte.

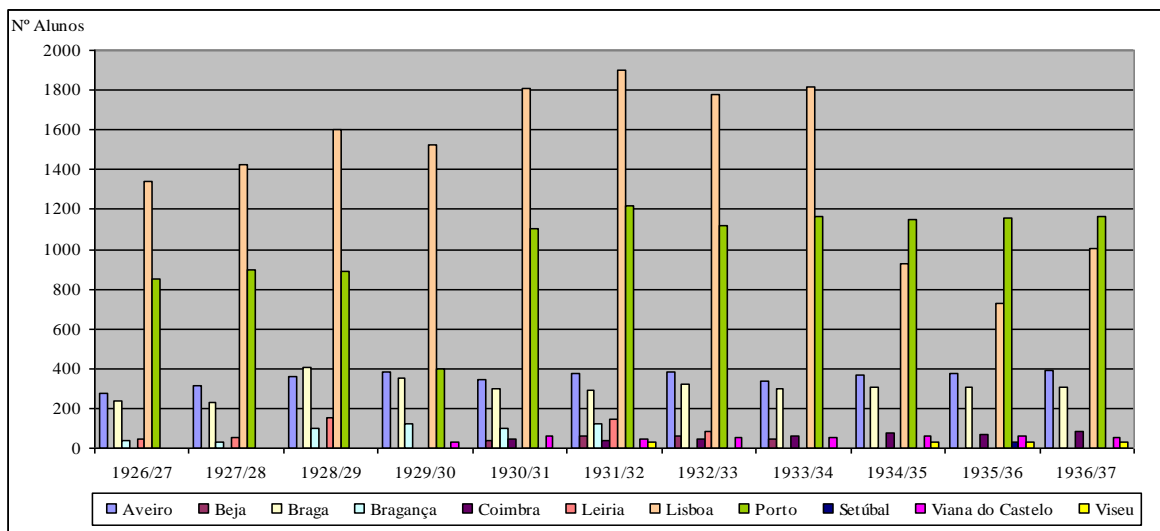
Lentamente o Governo foi extinguindo algumas Escolas Infantis, como aconteceu nas cidades de Beja e Bragança no ano lectivo de 1933/34 e Setúbal em 1935/36.

Quadro 2: Número de alunos por cidade entre os anos lectivos 1926/27 e 1936/37

Anos Cidade	1926/27	27/28	28/29	29/30	1930/31	1931/32	32/33	33/34	1934/35	1935/36	1936/37
	Alunos	Alunos	Alunos	Alunos	Alunos	Alunos	Alunos	Alunos	Alunos	Alunos	Alunos
Aveiro	276	313	362	385	341	375	386	336	366	372	391
Beja					38	62	58	45			
Braga	236	227	403	349	300	288	325	302	307	305	307
Bragança	35	28	99	119	103	120					
Coimbra					45	40	47	60	75	68	87
Leiria	43	51	153			148	82				
Lisboa	1343	1428	1600	1527	1812	1898	1780	1817	929	727	1001
Porto	851	897	890	395	1102	1215	1122	1168	1147	1155	1167
Setúbal										31	
Viana do Castelo				31	59	47	57	54	58	60	51
Viseu						31			27	28	28

Fonte: *Anuário Estatístico de Portugal* (1926 a 1937); AHCMB.

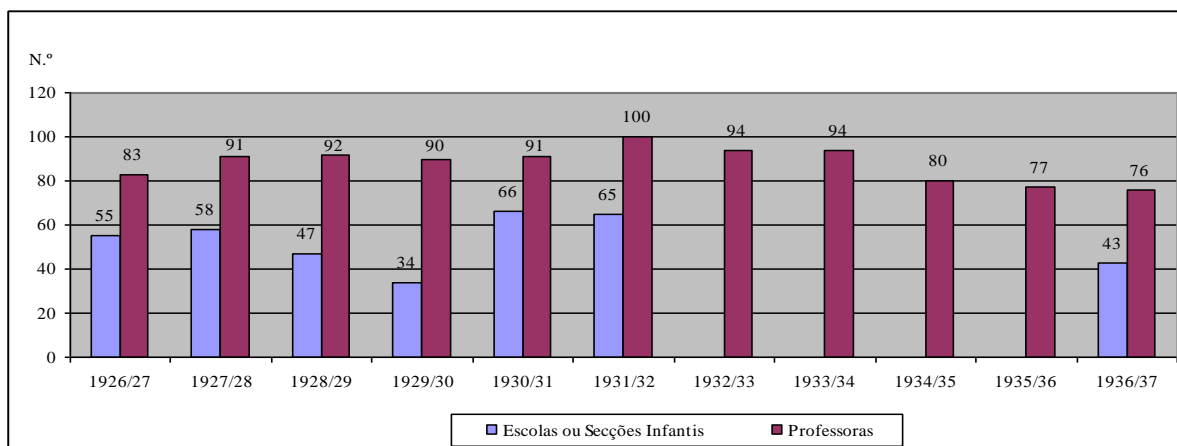
Gráfico II- Número de alunos por cidade entre os anos 1926/27 a 1936/37



Fonte: *Anuário Estatístico de Portugal* (1926 a 1937); AHCMB.

O número de alunos que frequentavam o Ensino Infantil era muito elevado no Porto e em Lisboa, comparativamente com as outras cidades. Tal facto justifica-se por haver, nestas cidades, maior número de Escolas Infantís.

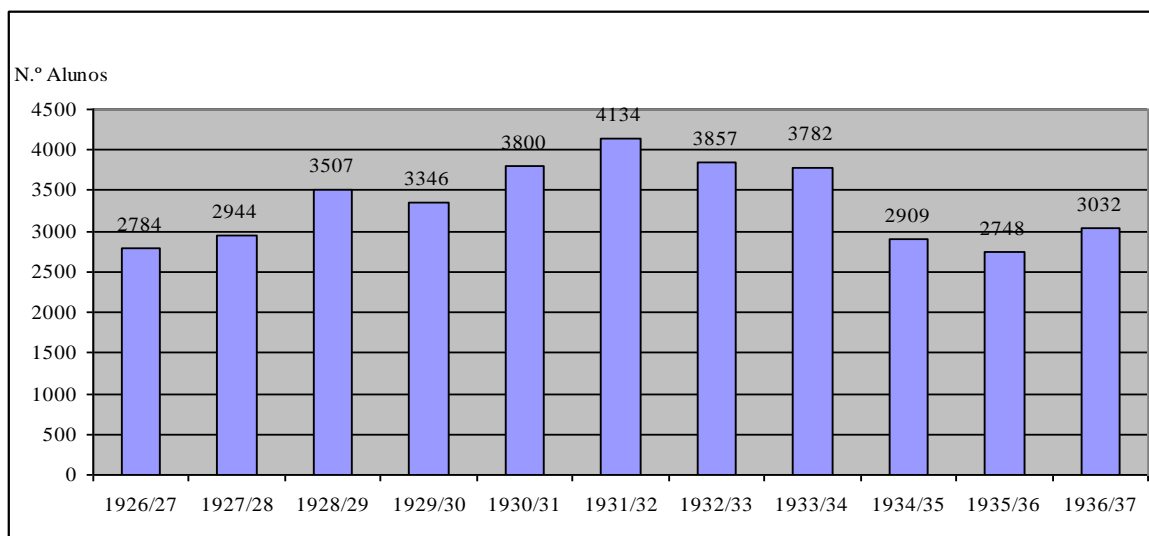
Gráfico III- N.º de escolas ou secções infantís e n.º de professoras entre os anos 1926/27 a 1936/37



Fonte: *Anuário Estatístico de Portugal* (1926 a 1937); AHCMB.

A abertura de Escolas Infantís foi um pouco uniforme ao longo deste período, reduzindo de cinquenta e cinco em 1926 para quarenta e três em 1936/37. O número de professoras também reduziu passando de oitenta e três em 1926/27 para setenta e seis em 1936/37.

Gráfico IV- Total do n.º de alunos por ano lectivo entre 1926/27 a 1936/37



Fonte: *Anuário Estatístico de Portugal* (1926 a 1937); AHCMB.

Através da análise deste gráfico verifica-se que apenas houve um ligeiro aumento de alunos inscritos no Ensino Infantil durante este período. De 2784 alunos em 1926/27 passou-se para 3032 em 1936/37.

4. A Escola Infantil de Bragança de 1915-1934

A 1ª experiência de Educação de Infância na cidade de Bragança surgiu em 1915 através da criação da EIB que viria a entrar em funcionamento em 1/1/1917,

“Por Decreto de 6 do corrente, foi criada nesta cidade uma Escola Infantil, que Bragança deve à iniciativa, concurso e boa vontade do Dr. Artur Lopes Cardoso, ilustre deputado da nação.”, (*Notícias de Bragança*, Ano IV, Nº 196, 18/11/1915:2),

Desde logo, e mesmo antes da publicação da Reforma da Instrução Primária de 1911 já se discutia, em Bragança, do que tratava esta Reforma e o que acrescentava sobre a Educação de Infância. No Jornal local *O Concelho de Bragança* foi publicado um artigo sobre a mesma Reforma, e as mudanças que esta introduzia na educação em Portugal, fazendo referências ao “Ensino Infantil.

Para compreendermos como foi o processo da criação da EIB, em 1915, temos de conhecer o processo de criação de um Jardim-Escola João de Deus na mesma cidade e na mesma altura.

O pensamento era criar o Ensino Infantil em Bragança, através do Jardim-Escola João de Deus e foi nesta base que se desenvolveu todo o procedimento inicial. O Jardim-Escola João de Deus e a Escola Infantil foram criados como sendo a mesma instituição. Só mais tarde, em Março de 1916, se diferenciaram como entidades diferentes.

O processo de criação do Jardim-Escola João de Deus foi iniciado: A Câmara de Bragança cedeu o terreno e comprometeu-se a ajudar financeiramente a sua construção, além de prometer ajuda no mobiliário e materiais; o projecto de construção do edifício foi realizado, mas a sua edificação nunca chegou a concretizar-se apesar das diligências efectuadas, mas serviu de base ao processo que levou à abertura, em 1917, da EIB. Esta foi criada em 6/11/1915, pensando-se que se tinha criado um Jardim-Escola João de Deus. No entanto, o processo foi assente em toda a base legal de uma escola oficial e tratado com o Ministério da Instrução Pública, como sendo, uma Escola Infantil oficial.

A Câmara, conforme o determinado na lei (Decreto nº134, de 13/9/1913, com força de lei de 29/3/1911), procedeu à realização das obras de adaptação do edifício, à aquisição de mobiliário e material escolar, bem como, à contratação de funcionários, professores e pessoal auxiliar. O Inspector Escolar encarregou-se de elaborar a listagem de material e mobiliário considerado suficiente. Em sessão da CECMB, de 7/9/1916, decidiu-se a abertura do concurso para provimento de três professoras para a EIB, anunciado em *DG, N.º.296, III Série* de 19/12/1916.

Concorreram à EIB treze professoras primárias, das quais foram seleccionadas três, em sessão de Câmara, no dia 8/11/1916. Ainda nesta sessão se decidiu que, conforme a indicação da Inspeção Escolar, e uma vez que a escola era moderna em Bragança, fosse enviado ao Porto o Inspector Escolar em visita às Escolas Infantis da cidade, em busca de orientações no campo da organização do Ensino Infantil (programa, métodos, horários, etc.).

O Inspector Escolar entregou à CECMB o relatório que elaborou da visita às Escolas Infantis do Porto, tendo sido lido em sessão de 14/3/1917. Neste documento focou a visita efectuada, descrevendo as Escolas Infantis que visitou bem como o seu funcionamento e organização. Terminou fazendo propostas à CECMB: uma de aprovação de programas e horários; outra relativa ao pessoal nomeado, para que as três professoras estagiassem, durante dois meses, na Escola Infantil modelo, anexa à do Ensino Normal do Porto.

As nomeações das professoras foram publicadas no *DG, N.º.296, III Série*, de 19/12/1916. Em 29 de Dezembro o Presidente da CECMB envia ofício às professoras nomeadas para tomarem posse até 3/1/1917 como veio a acontecer (*AHCMB, Lv. Correspondência* de 1914-1935, nº571, 1916). As professoras tomaram posse e os primeiros dias de actividade foram destinados à organização, arranjo e equipamento da escola. O mobiliário e materiais iam chegando conforme as possibilidades e disponibilidade. A matrícula das crianças e a sua frequência começou logo em Janeiro de 1917. Em 11/2/1917 ainda se estavam a matricular crianças como se constata pela notícia saída num Jornal local (“Escola Infantil”, *O Transmontano*, Ano II, N.º.62, 11/2/1917:1). Em 22 de Março a EIB funcionava em pleno com 60 crianças matriculadas (*AHCMB, Lv. 20, 1917:169f*).

A EIB seguiu o seu percurso até ao encerramento por ordem governamental em 28/7/1934, (Decreto-lei 24:246:1415) com elevado número de alunos, como veremos mais adiante.

4.1. Instalações

Era dado adquirido que o edifício onde iria funcionar a EIB provisoriamente enquanto não se construísse edifício próprio, teria que reunir as condições exigidas por lei e que em qualidade arquitectónica e construtiva ombreasse com as escolas primárias vizinhas. Não se desejava que o edifício, mesmo aquele em que fosse instalada provisoriamente tivesse apenas as condições das duas escolas primárias que existiam perto, e que não eram edifícios construídos de raiz, mas sim casas adaptadas. Um pouco mais distante destas havia outras duas escolas primárias que eram a Conde Ferreira e a Adães Bermudes. A ter que rivalizar com estas teria que se construir um edifício novo como se tentou fazer com o projecto de construção do edifício do Jardim-Escola João de Deus e mais tarde com o projecto de construção de um edifício para a EIB.

À Câmara competia disponibilizar a instalação e organização da EIB (art. 12º, Decreto de 29/3/1911, in *DG, N.º73*). Havia uma casa da Câmara localizada no centro da cidade. Esta casa, no entender da CECMB e do Inspector Escolar, reunia as condições para instalar a Escola Infantil, depois de feitas obras de adaptação, (*AHCMB, Lv.19, 1915: 128f e v*). Decidido o local onde iria funcionar a EIB, o Inspector Escolar diligenciou a execução da planta para integrar o processo da sua criação, que enviou para o Ministério da Instrução Pública (*AHCMB, Lv. 19, 1915: 130v*).

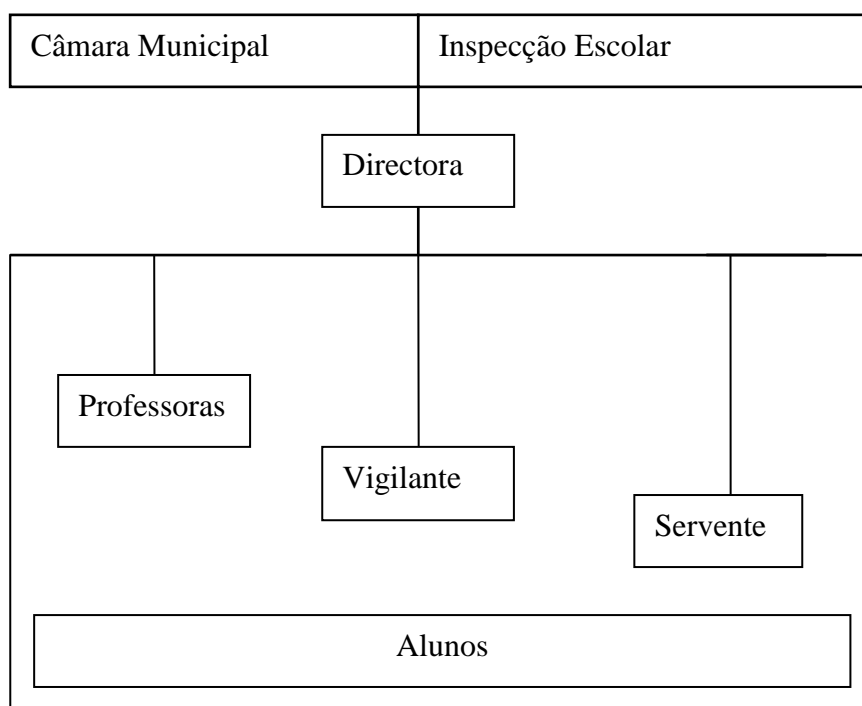
Tratava-se de um edifício antigo, que tinha sido residência familiar e que precisava, por isso, de muitas obras para funcionar como escola. Encontrava-se em mau estado de conservação e tinha características difíceis de adaptar a estabelecimento de Ensino Infantil. Dispunha, no entanto, de muito espaço para ser adaptado a salas de aula e de terreno para jardim ou recreio. Em 15/12/1915 já se tinham iniciado as obras naquele imóvel, conforme ordem de pagamento efectuada aos funcionários da Câmara que nela trabalharam (*AHCMB, Lv. 19: 1915: 194f*). As obras decorreram de Dezembro de 1915 a Janeiro de 1917 conforme se pode comprovar pelos diversos pagamentos efectuados pela CECMB aos funcionários que lá trabalhavam. A EIB funcionou nesta casa até ao ano em que se mudaram de instalações, precisamente em Setembro de 1928, no início do ano lectivo, para a Escola Primária Adães Bermudes de Bragança onde funcionou até o seu término.

4.2. Organização administrativa e pedagógica

Esta escola foi marcada por ser novidade sofrendo por isso as pressões inerentes das dúvidas do seu sucesso. A forma como foi organizada pedagogicamente, revelou-se muito diferente das escolas primárias. O horário de funcionamento, a prática pedagógica, bem como os materiais e mobiliário utilizado também mereceram atenção cuidada.

Apresenta-se a seguir um esquema da organização da EIB

Figura 1: Organograma da EIB



A análise do organograma anterior, leva-nos a concluir que todos os funcionários da EIB estavam na dependência directa da Câmara Municipal e da Inspeção Escolar, sendo a Directora o elemento intermediário directo. A Directora era a entidade máxima dentro da EIB, tendo que responder apenas perante a Câmara Municipal e a Inspeção Escolar. Hierarquicamente, estava, acima de todos os funcionários, mas entre eles havia uma certa gradação, que procuramos caracterizar, inserindo-as na escala da esquerda para a direita.

4.3. Alunos

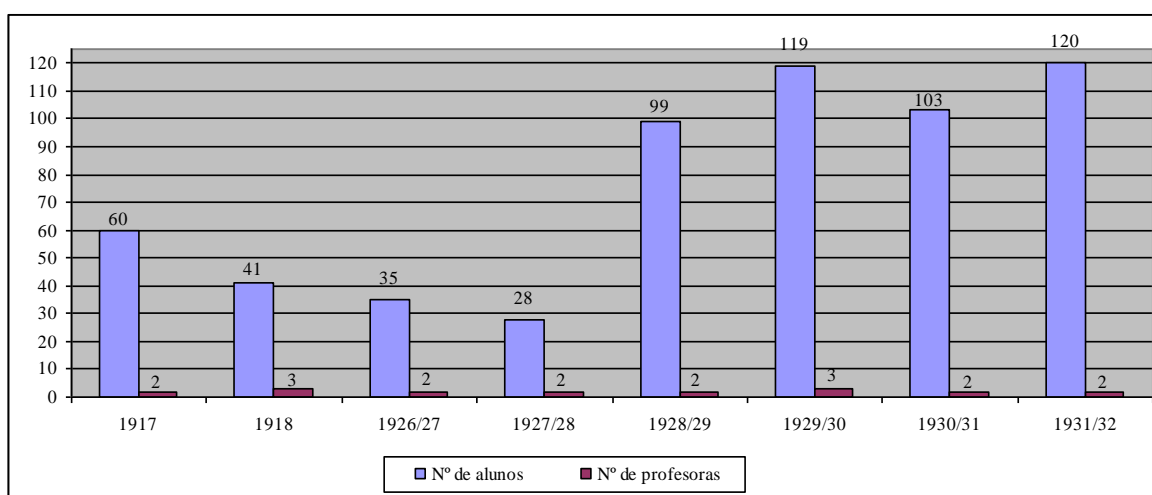
Não encontrei registos do número de matrículas e frequências referentes a todos os anos de

funcionamento da EIB. Apresento a seguir em tabela os registos apurados nas Actas da CECMB e no *Anuário Estatístico de Portugal* dos anos de 1917 a 1934.

Figura 2: Professoras e alunos da EIB entre 1917 e 1932.

Anos	1917	1918	1926/27	1927/28	1928/29	1929/30	1930/31	1931/32
Nº de alunos	60	41	35	28	99	119	103	120
Nº de professoras	2	3	2	2	2	3	2	2

Gráfico V- Professoras e alunos da EIB entre 1917 e 1932.



Fonte: AHCMB, Lv. 20, 1917:169f e 68v e *Anuário Estatístico de Portugal* (1926 a 1934).

4.4. Horário de funcionamento

As crianças não poderiam ser sujeitas a uma sistematização de horário igual ao praticado nas escolas primárias, por se tratar de alunos de menos idade e com ritmos de trabalho e aprendizagem diferentes. Na EIB adoptava-se o horário estabelecido pelo art. 20 (*DG, N.º 198, de 25/8/1911*), que determinava a permanência na escola das 9 às 15 horas, com número maior de pausas do que nas escolas primárias

O Inspector Escolar foi a entidade responsável por elaborar o horário de acordo com as necessidades locais, sendo depois aprovado pela Câmara Municipal nos termos do n.º14 do art. 64 do decreto do *DG, N.º73, de 29/3/1911*. Quando visitou as Escolas Infantis do Porto pretendia inteirar-se do seu horário de funcionamento para melhor organizar o horário da EIB. Tinha também como referência o horário praticado nas Escolas Infantis da Suíça que tinha visitado e estudado. Em sua opinião, alicerçada, aliás, no comando legal citado, “A Escola Infantil funciona todos os dias lectivos em que funcionam as escolas primárias das 9 às 15 horas no período de Março a Julho, devendo começar e terminar respectivamente uma hora mais tarde no período de Outubro a Fevereiro” (*AHCMB, Lv. 20, 1917:156v*). À quinta-feira não havia aulas, mas havia ao sábado todo o dia.

Como havia dois grupos de crianças, em salas diferentes, optou por se efectuar dois horários ligeiramente distintos (Ver quadros 3 e 4).

4.5. Programa

Para a elaboração do programa, o Inspector Escolar tinha como referências os programas das Escolas Infantis da Suíça e das Escolas Infantis do Porto e a legislação publicada que regulava a matéria em *DG*.

Mesmo assim, o referido Inspector considerava que não havia um programa definido, defendendo antes, que todo o ensino devia ser critério das professoras, conscientes das necessidades das crianças, aproveitando todas as ocasiões para o estudo que sobre elas tenham feito. Por muito boas intenções que tivesse, o Inspector Escolar não conseguia separar completamente o programa da Escola Infantil do praticado nas escolas primárias. Por muita sensibilização e formação que o Inspector tivesse nesta nova realidade, contra ele tinha, a sua formação de professor primário e o facto de ser o primeiro programa do Ensino Infantil a realizar. Tratava-se de um assunto melindroso, pela sua novidade. Considerava que um bom programa, bem pensado e elaborado, ajudaria as crianças desta idade a entrarem na Escola Primária melhor preparadas, contribuindo assim para a diminuição da taxa de analfabetismo. Todas as matérias e disciplinas que faziam parte do programa das escolas primárias deveriam fazer parte do programa das Escolas Infantis, embora que, “em grau muito rudimentar”: “Desenho, Cálculo, Geometria, Geografia, Canto, Ciências Naturais, etc., servindo de objecto as coisas, os jogos e o canto. (brincando, jogando, cantando, se vão instruindo e educando, quase sem darem por isso” (*AHCMB, Lv. 20, 156v*). O Ensino Infantil da EIB era ministrado sob a forma de “lições de cousas”, consistia sobretudo em exercícios práticos e intuitivos, tendentes ao desenvolvimento da língua materna, que abrangia todas as disciplinas, ocupações normais e jogos acompanhados de canto com o fim de desenvolver “todas as faculdades intelectuais da criança” (*Ibid.*).

A seguir apresento o horário e programa de funcionamento da EIB, elaborados pelo Inspector Escolar em Janeiro de 1917, e proposto à Câmara que o aprovou em reunião de Março do mesmo ano (*AHCMB, Lv. 20, 1917:163f*):

Quadro 3: Horário e programa da EIB – Grupo A

Horário – Programa – Escola Infantil – Grupo A					
Horas	2ª. Feira	3ª. Feira	4ª. Feira	6ª. Feira	Sábado
9-9.20	Entrada Inspeção de Limpeza Saudação à Bandeira				
9.20-9.40	Arranjo de classe Preparação e ordenação de matricula _ Canção				
9.40-10	Dons e operações Froebelianas	Geografia	Serviços intelectuais preparação para a leitura	Moral	Calculo Aplicação do material de Froebel
10-10.10	Recreio				
10.10 - 10.30	Exercícios para aperfeiçoamento dos órgãos dos sentidos	Exercícios intelectuais. Nomenclatura. Preparação para a leitura	Exercícios para aperfeiçoamento dos órgãos dos sentidos	Exercícios intelectuais. Nomenclatura. Preparação para a leitura.	Exercícios para aperfeiçoamento dos órgãos dos sentidos
10.30 - 10.40	Recreio				
10.40 - 11	Jogos organizados acompanhados de canto, combinado com o exercício acima indicado para aperfeiçoamento dos órgãos dos sentidos	Modelação. Combinação sendo possível com o exercício acima indicado.	Jogos organizados acompanhados de canto, combinado com o exercício acima indicado para aperfeiçoamento dos órgãos dos sentidos	Modelação. Combinação sendo possível com o exercício acima indicado.	Jogos organizados acompanhados de canto, combinado com o exercício acima indicado para aperfeiçoamento dos órgãos dos sentidos.
11- 11.10	Recreio				

11.10 11.30	- Canto aprendizagem de letra e música	- Recitação, de preferência e letra das canções	Dons e operações Froebelianas	Canto - aprendizagem de letra e música	Dons e operações Froebelianas
11.30 - 13	Grande Recreio				
13 - 13.20	Desenho - formas artísticas	Exercícios preparatórios de escrita	Desenho - formas artísticas	Exercícios preparatórios de escrita	Desenho - formas artísticas
13.20 - 13.50	- Educação Física: Atitudes, exercícios de agilidade, marchas, etc. canto.	Jogos livres	Educação Física: Atitudes, exercícios de agilidade, marchas, etc. canto.	Jogos livres	Educação Física: Atitudes, exercícios de agilidade, marchas, etc. canto.
13.50 - 14	Recreio				
14 - 14.20	Jardinagem - cuidada com animais e plantas, canto.	Construções Froebelianas	Jardinagem - cuidada com animais e plantas, canto.	Construções Froebelianas	Jardinagem - cuidada com animais e plantas, canto.
14.20 - 14.40	Recreio				
14.40 - 14.50	Canto - Saudação à Bandeira nacional				
14.50 - 15	Preparação para a saída				
15	Saída				

Quadro 4: Horário e programa da EIB – Grupo B

Horário – Programa – Escola Infantil – Grupo B					
Horas	2ª. Feira	3ª. Feira	4ª. Feira	6ª. Feira	Sábado
9-9.10	Entrada Inspeção de Limpeza Saudação à Bandeira				
9.10-9.30	Arranjo de classe – Preparação e ordenação de matrícula – Canção				
9.30-9.50	Língua Materna	Cálculo	Língua Materna	Cálculo	Língua Materna
9.50-10	Recreio				
10-10.20	Conversação - Ideia Central/Educação intelectual	Exercícios de aperfeiçoamento dos órgãos dos sentidos	Conversação - Ideia Central/Educação intelectual	Exercícios de aperfeiçoamento dos órgãos dos sentidos	Conversação - Ideia Central/Educação intelectual
10.20h - 10.30	Recreio				
10.30 - 10.50	- Modelação - Possível combinação com o exercício acima indicado	Jogos organizados acompanhados de canto, combinados com o exercício acima indicado sobre os órgãos dos sentidos	- Modelação - Possível combinação com o exercício acima indicado	Jogos organizados acompanhados de canto, combinados com o exercício acima indicado sobre os órgãos dos sentidos	- Modelação - Possível combinação com o exercício acima indicado
10.50- 11	Recreio				
11 - 11.20	Educação Física: Atitudes – Exercícios de agilidade, marchas, etc e canto				
11.20 - 11.40	Geografia	Modelação livre	Conversação Moral	Modelação livre	Conversação Ciências na terra
11.40 - 13.10	Grande recreio				
13.10 - 13.30	- Desenho: Formas artísticas e objectos simples de uso comum (T. manuais)	Desenho Aplicação à escrita	Desenho: Formas artísticas e objectos simples de uso comum (T. manuais)	Desenho Aplicação à escrita	Desenho: Formas artísticas e objectos simples de uso comum (T. manuais)
13.30 - 13.40	Recreio				
13.40 - 14	- Canto Aprendizagem de letra e música	Recitação - Em especial letras das canções	- Canto Aprendizagem de letra e música	Recitação - Em especial letras das canções	- Canto Aprendizagem de letra e música

14- 14.10	Recreio							
14.10 14.30	Jardinagem horticultura	e	Jogos livres	Jardinagem horticultura	e	Jogos livres	Jardinagem horticultura	e
14.30-14.50	Canto – Saudação à Bandeira nacional							
14.50 - 15	Preparação para a saída							
15	Saída							

Fonte: *AHCMB, Lv. 20, 1917:157f a 158f.*

No seguimento das políticas Republicanas, a EIB mantinha absoluta neutralidade em matéria religiosa.

4.6. Equipamento, mobiliário e materiais escolares da EIB

Parte do equipamento, algum mobiliário e materiais eram uma novidade. Mesmo que se fizesse igual ao das escolas primárias, tinha que se adaptar a crianças mais pequenas. Isto iria acarretar um esforço financeiro maior por parte da CMB, entidade responsável pelo fornecimento do equipamento.

No Período Republicano as escolas primárias do Distrito de Bragança não estavam bem equipadas, precisamente devido à falta de recursos financeiros. No entender do Inspector Escolar do Círculo de Bragança José Candeias Duarte, em 1926, à excepção das escolas da cidade de que fazia parte a EIB, encontravam-se num estado lastimável em matéria de condições higiénicas, conservação, equipamento e material pedagógico.

A aquisição de mobiliário e materiais escolares para a EIB esteve sempre na primeira linha das preocupações da Câmara, com preocupações de que tudo se aproximasse o mais possível das condições impostas pelo regulamento do *DG, N° 198, 25/8/1911.*

O Inspector Escolar começou então, em colaboração com a CMB a providenciar o respectivo mobiliário e materiais escolares. Em Agosto de 1916 a Câmara adquiriu material e mobiliário indispensável para o funcionamento da EIB (*AHCMB, Lv. 20, 1916:48v*) .

Quadro 5: Relação do mobiliário e material escolar para o funcionamento provisório da EIB.

N. º.	Designação dos objectos
20	Carteiras
3	Secretárias
3	Cadeiras de braços para as professoras
1	Estante envidraçada
10	Estiradores e 12 cadeirinhas
1	Piano

6	Leitos simples para crianças (com grades e respectivos colchões)
2	Lavatórios e respectivos toalheiros, toalhas, sabonetes, etc.
3	Tinteiros para as secretárias das professoras
2	Escarradores higiénicos
1	Guarda chuveiro em ferro fundido
3	Campainhas de corda
1	Filtro “ Pasteur” para 15 litros e “fonte higiénica de jacto ascendente”
1	Relógio
1	Capacho de arame
3	Capachos tapete, em estofo
	Material Froebeliano completo – (dons de Froebel)
1 2	Caixas com jogos de letras
2	Duplas – lousas, grandes, com funcionamento vertical
4	Dúzias de lousas, pequenas, estrangeiras, quadriculadas e pautadas
1	Colecção de quadros morais e instrutivos
3	Dúzias de tesouras
1 2	Caixas ou cartões com aguarelas diversas
6	Dúzias de lápis de cores
1	Resma de papel de seda surtido, em todas as cores
1	Resma de papel de linho, branco e liso, de (tanaleiros) formas
3 0	Quilos de terra própria para modelação
3	Dúzias de pincéis para aguarelas
3	Quilos de plasticina
2	Aquários
1 0	Vasos com plantas
2	Dúzias de contadores de mão, com lousa

Fonte: *AHCMB, Lv. 20, 1917:158f.*

Nesta listagem de material desperta-me a atenção a existência de material que não seria usual nas escolas precisamente por ser novidade e por ser de custos elevados como se refere em Acta da CECMB (*AHCMB, Lv. 21, 1917:31v*). Refiro-me a plasticina, tesouras, diferentes tipos de papel, aguarelas e pincéis. Este material foi adquirido ao longo do período de existência da EIB, tal como outro que não se encontra na referida lista.

4.7. Encerramento da Escola Infantil de Bragança

Em 28/7/1934 consumou-se o fim da 1ª experiência da Educação de Infância em Bragança ao ser extinta a EIB:

“Artigo 1º São extintas as Escolas Infantis da cidade de Bragança. Publique-se e cumpra-se como nele se contém. Paços do Governo da República, 28 de Julho de 1934- António Óscar de Fragoso Carmona - António de Oliveira Salazar ...”, (Decreto-lei 24:246:1415, in DG, Nº , 28/7/1934).

Sem nada a indicar que tal viesse a acontecer, o Governo de Salazar antecipou, nesta cidade, o fim do Ensino Infantil que viria a acontecer no resto do País apenas em 1937 com a entrada em vigor do Decreto-lei nº 28081, (*DG, Nº 236, 9/10/1937*). A determinação governamental apanhou toda a gente desprevenida. Sabia-se que era irrevogável e que nada havia a fazer. O poder de Salazar já era muito forte nestes primeiros anos do seu regime. Não encontramos quaisquer documentos, movimentações ou pedido de explicações sobre o sucedido. Apesar do novo edifício destinado à EIB estar iniciado, a conformação foi geral. Se a EIB já não se podia construir havia então que dar outro destino ao empréstimo que havia sido contraído para a construção da Escola Infantil. Entendia-se que só depois de haver escolas primárias suficientes, se deveriam construir Escolas Infantis e apenas de iniciativa particular. Em Bragança havia apenas dois edifícios construídos de raiz para escolas primárias, havendo mais três a funcionar em casas adaptadas.

Conclusão

Resumidamente, o percurso histórico da EIB pode considerar-se, dividido em três fases:

Uma primeira fase de constituição:

Os dois primeiros anos (1915-1917) foram de enormes dificuldades provocadas pela sua criação. Tratava-se de um conceito novo de escola, com todas as dificuldades que acarretava, desde a falta de modelos comparativos, até um novo nível de ensino para uma nova faixa etária das crianças que até aí sempre permaneceram na família. A todas estas dificuldades ainda se juntou a crise por que o País passava. Os enormes obstáculos provocados pela carência de instalações, equipamentos e professores especializados, pelo controlo rigoroso e impiedoso da inspecção, ao mesmo tempo que tinha de se fazer uma campanha de sensibilização da população para a importância desta nova escola de combate ao analfabetismo e à formação educativa de um melhor cidadão ou homem novo.

Vencidos todos estes obstáculos conseguiu abrir-se a EIB, disponibilizar-se o edifício com a respectiva mobília e equipamento, nomearem-se os professores e restante pessoal auxiliar, elaborar-se programas e horários. Ao mesmo tempo que se tratava da estrutura organizativa da EIB, lançava-se uma acção para a inscrição de alunos.

Uma segunda fase de consolidação, crescimento, independência:

Consolidação porque conseguiu afirmar-se no sistema escolar de Bragança, estabilizando o corpo docente, que aderiu com empenho à fase de implementação.

Crescimento emergente porque conseguiu impor-se e manter um número de alunos suficiente para o seu regular funcionamento, sem o qual tudo teria sido em vão.

Independência porque possuía características únicas, típicas de uma Escola Infantil, que a diferenciavam de todas as outras escolas existentes.

Com um ideário educativo próprio e único, uma organização interna peculiar, a EIB passou a ser o local de Ensino Infantil escolhido por muitas famílias. Em alternativa, oferecia as possíveis condições em grandeza e funcionalidade, um corpo docente competente e dedicado, um ambiente propício ao desenvolvimento de competências das crianças nesta idade, através da instauração de um clima escolar responsável, disciplinado, sendo o mais adequado ao desenvolvimento das crianças destas idades na época.

Uma terceira fase, de sistematização e aceitação:

Sistematização, porque conseguiu ultrapassar todas as dúvidas que possa ter suscitado a sua implementação e sucesso funcional, mantendo inalterada a sua estrutura organizacional e a capacidade de frequência de alunos que veio a aumentar nos últimos anos de funcionamento, para níveis nunca até então conseguidos.

Aceitação, porque a sociedade de Bragança estava sensibilizada para este novo sistema de ensino. Reconheceu-lhe importância e especificidade. Tinha professores, alunos e a sociedade do seu lado; tinha o projecto do novo edifício elaborado e aprovado; e tinha o financiamento tratado com o empréstimo, junto da Caixa Geral de Depósitos e inclusivamente as obras iniciadas.

A história faz-se de acontecimentos. Qualquer investigador que queira contar ou explicar algo tem de encontrar esses acontecimentos. Este é tanto mais profundo quanto mais desacompanhado for das respectivas chaves de interpretação. Pelo acontecimento, percebemos, contra a convicção das filosofias da história, que a malícia da história reside em ocultar-nos os elementos de compreensão das próprias situações em que nos envolve. Neste sentido, o acontecimento é uma oferta da história e nem o tempo nem o modo nem os limites do que se oferece como acontecimento dependem da subjectividade humana. Só tornando-se, experiência uma afirmação de subjectividade pode ser tocada pelo acontecimento, nunca fechada no seu poder constituinte ou integrada num tempo linear e homogéneo.

Bibliografia

- BEJA, Filomena et al. (1985). *Muitos anos de Escolas. Edifícios para o Ensino Infantil e Primário*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura;
- CAMBI, Franco (1999). *História da Pedagogia*. São Paulo: UNESP;
- CANDEIAS, António (2005). *Modernidade, Educação e Estatística na Ibero América dos séculos XIX e XX*. Lisboa: Educa.
- CARDONA, Maria João (1997). *Para a História da Educação de Infância em Portugal: O discurso oficial 1834.1990*. Porto: Porto Editora;
- CARVALHO, Rómulo (2001). *História do Ensino em Portugal – Desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime e Salazar Caetano*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian, 3ª edição.
- CASTANHEIRA, Luís (2006). *Escola Infantil de Bragança (1915-1934): Modernidade Pedagógica e as 1^{as} Práticas de Educação de Infância no Interior. Tese de Mestrado*;
- FERNANDES, Rogério (1992). *O Pensamento Pedagógico em Portugal*. Amadora: Bertrand;
- GOMES, J. Ferreira (1977). *A Educação Infantil em Portugal*. Coimbra: Livraria Almedina;
- HABERMAS, Jurgen (1990). *O Discurso Filosófico da Modernidade*. Lisboa: Publicações Dom Quixote;
- KUHLMANN, Moysés (1998). *Infância e Educação Infantil – Uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Editora Mediação;
- LUC, Jean Noel (1982). *La petite Enfance a l'école XIX – XX Siècles*. Paris : Institut National de Recherche Pédagogique ;

MAGALHÃES, J. P. (1997). *Um contributo para a História da Educação de Infância em Portugal*. In: M. Pinto e M.J. Sarmiento (org). *As crianças: Contextos e identidades*. Braga: Universidade do Minho. Centro de Estudos da Criança;

NÓVOA, António (2005). *Evidentemente. Histórias da Educação*. Lisboa: Edições Asa.

Ó, Jorge R. (2003). *O Governo de si mesmo*. Lisboa: Educa Ciências Sociais;

PINTASSILGO, Joaquim (1998). *República e formação de cidadãos. A Educação cívica nas Escolas Primárias da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri.